

## ANAJUR oferece novo convênio para associados

**A** ANAJUR, por meio de sua assessoria de seguros, realizou junto a SUL AMÉRICA CIA NAC DE SEGUROS S/A contrato de seguro coletivo de veículos extensivo a todos os associados e seus dependentes e ascendentes em todo o território nacional com desconto de 30% sobre a tabela dessa Cia. Seguradora.

O associado contará ainda com apoio profissional e especializado da assessoria de seguros da Associação que cuidará de intermediar soluções no relacionamento com a Seguradora.

ra em eventos de sinistros e demais solicitações visando agilidade e satisfação do grupo segurado.

Os veículos que já possuem seguros ativos em qualquer seguradora poderão ser direcionados para esse contrato nas respectivas datas de renovação das apólices mantendo seus descontos de bônus adquiridos por inexistência de evento de sinistro, somado ao nosso desconto de frota. A Seguradora também oferecerá propostas de apólices individualizadas, que serão en-

viadas por correio para cada veículo contratado.

Os associados poderão solicitar os cálculos para contratação imediata do referido seguro diretamente na ANAJUR com Márcia Maia pelos telefones (61) 322-9054, (61) 8111-6183, pelo fax (61) 322-6527 ou ainda pelo e-mail: [anajur@anajur.org.br](mailto:anajur@anajur.org.br).

Veja também no encarte deste informativo contrato de seguro de vida que a ANAJUR acaba de formalizar com a seguradora SUL AMÉRICA ING.

### Entidades lançam movimento em defesa da advocacia pública

Entidades representativas de carreiras da advocacia pública deliberaram, no último dia 23 de setembro, pela criação de um movimento nacional em defesa da advocacia pública, denominada União Nacional da Advocacia Pública – UNAP. A entidade tem por finalidade coordenar, divulgar e diligenciar ações objetivas no sentido do fortalecimento institucional das carreiras diante das diversas reformas constitucionais que se apresentam, notadamente a previdenciária e a do Poder Judiciário.

Integram a UNAP as seguintes entidades: ANAJUR Sindical (Sindicato Nacional dos Advogados da União e dos Advogados das Entidades Federais), ANAPE (Associação Nacional dos Procuradores de Estado), ANAUNI (Associação Nacional dos Advogados da União), ANPAF (Associação Nacional dos Procuradores Federais), ANPM (Associação Nacional dos Procuradores Municipais), ANPPREV (Associação Nacional dos Procuradores da Previdência Social), SINPROFAZ (Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional) e UNIAGU (União Nacional dos Advogados da União).

O primeiro ato de mobilização da UNAP já está agendado. Durante todo o dia 20/11, será realizado um fórum de debates que reunirá parlamentares, autoridades do Executivo e do Judiciário, além de renomados juristas para discutir os principais pleitos das carreiras da Advocacia Pública, como as garantias para exercício das atividades inerentes a cada carreira jurídica. O evento ocorrerá no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados. Em breve, divulgaremos a programação do fórum e os nomes dos convidados e debatedores dos painéis.

### Assessoria Jurídica

A ANAJUR comunica aos associados que acaba de formalizar a contratação da Dra. Lenir de Moraes para prestação de serviços advocatícios à Associação. A nova advogada estará à disposição dos associados, de segunda a sexta-feira, na sala 222 da sede da ANAJUR. Além das causas institucionais, a advogada da ANAJUR poderá ser acionada para cuidar de causas particulares dos associados, oferecendo um desconto de 50% em relação aos valores da tabela da OAB.

### Boas Vindas

Novos advogados da União tomam posse

Pág. 3

### Reforma da Previdência

ANAJUR atua no Senado em defesa dos interesses da carreira

Págs. 4 e 5

### Agenda

■ Já está marcado para novembro próximo o IV Encontro Nacional da ANAJUR. Será entre os dias 26 a 28, no Hotel Nacional, em Brasília. Em breve, a ANAJUR divulgará maiores informações sobre o evento como os nomes dos palestrantes e convidados, além dos temas a serem abordados.

### Associados da ANAJUR são nomeados Consultores Jurídicos

A ANAJUR tem a satisfação de registrar a relação de colegas da carreira associados que tomaram posse como Consultores Jurídicos na Esplanada dos Ministérios. São eles: Dr. Francisco Moreira da Cruz Filho, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Dra. Luciane Carneiro Pinto Ramancine, no Ministério da Cultura; e Dr. Jorge de Souza, no Ministério da Assistência Social. A todos, os votos da Diretoria da ANAJUR de uma gestão de pleno êxito.

# Pobre servidor

**P**arece que o calvário do servidor nunca terá fim. Primeiro o Governo Federal tenta acabar com o direito dos servidores a uma aposentadoria digna. Como se não bastasse, agora o Procurador-Geral da República quer anular a transformação ocorrida em 1990 que extinguiu o regime celetista e fez com que todos os servidores fossem regidos pela Lei nº 8.112/90, portanto estatutários.

Analizando mais este ato atentatório aos direitos dos servidores, causa estranheza que a PGR tenha demorado 13 anos para questionar a Lei. Mais estranho ainda é que essa ADIN seja proposta no momento em que o servidor público protesta contra a reforma previdenciária proposta pelo governo. Estranha coincidência!

Alega a PGR que a transformação ocorrida (celetista em estatutário) fere dispositivo constitucional que determina que o ingresso nas carreiras do serviço público deve ocorrer por intermédio de concurso público. Ora, a mesma Constituição utilizada para fundamentar tal alegação estabelece a estabilidade dos servidores que, na época,

contavam 5 anos, cuidando ainda de asseverar que o tempo de serviço seria considerado como título quando ocorresse a efetivação. Note-se que o legislador constituinte já previa a efetivação que ocorreu por ocasião da edição da Lei nº 8.112/90. Parece-nos que, sob a ótica estritamente jurídica, a pretensão do PGR resta desprovida de qualquer fundamento.

A nossa esperança se robustece quando temos a certeza que o Supremo Tribunal Federal demonstrará mais uma vez a sua independência rejeitando essa pretensão carente de fundamento legal.

Todavia, nos preocupa o fato de que, sistematicamente, se busca acabar com os direitos dos servidores, e esse debate não se trava nos estreitos limites de uma ação judicial.

Importante termos consciência de que atualmente existem pessoas encasteladas em cargos públicos, pagos, por sinal muito bem remuneradas, com recursos arrecadados junto à sociedade, inclusive dos servidores públicos, para servir à sociedade, e só estão preocupados em prejudicar a categoria dos servidores públicos.

O ANAJUR SINDICAL está atuando ao lado de outras entidades representativas dos servidores públicos para não permitir que nossos direitos sejam subtraídos. Mas só isso não basta. É necessário que todos tenham consciência que esta luta é de todos nós, razão pela qual apelamos a todos os servidores, ativos ou inativos, para que participem de todas as ações propostas pelas entidades de classe visando esclarecer a população o quanto são injustas as ações que tentam subtrair direitos dos servidores públicos.

Somente unidos conseguiremos garantir os direitos que conquistamos com muita luta.

Quanto à reforma previdenciária, o ANAJUR SINDICAL está aguardando a votação da proposta no Senado Federal e, caso essa Casa aprove a reforma, o que não acreditamos, imediatamente ingressaremos com ADIN para não permitir a taxação dos inativos e garantir as regras de transição estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 20/98.

**A Diretoria**

## Nova Procuradora-Geral Federal tome posse

Tomou posse, no último dia 15/09, em Brasília, a nova Procuradora-Geral Federal, Dra. Célia Maria Cavalcanti. A presidente da ANAJUR, Nicóla Barbosa de Azevedo da Motta, estava presente à solenidade. Entre as autoridades que participaram da cerimônia, destacamos o presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Ferreira Mendes, e o ministro do gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Felix.

A PGF foi criada em junho de 2001, para coordenar a atuação judicial de 166 autarquias e fundações. Hoje, conta com aproximadamente 3.500 procuradores federais encarregados da defesa judicial das entidades. "A prestação desses serviços apresentava-se ora estagnada, ora insuficiente ou ineficaz, ora com fundamentos de defesa distintos. Essa situação desor-



**Presidente da ANAJUR cumprimenta a Corregedora-Geral do DF e a nova Procuradora-Geral Federal**

denada gerava uma série de distorções, como ingerência político-administrativa de dirigentes das entidades nas atividades jurídicas, ausência de unificação de teses e de estratégia de defesa, ocasionando, por vezes, vultosos prejuízos para o erário", declarou a Procuradora-Geral Célia Maria Cavalcanti.

## Registro

No último dia 19/09 a presidente da ANAJUR, Nicóla Barbosa de Azevedo da Motta, prestigiou a solenidade de posse do desembargador do TJDF, Humberto Adjuto Ulhôa. Membro de carreira do Ministério Público, Ulhôa já exerceu o cargo de Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.



## EXPEDIENTE

### Diretoria Executiva

**Presidente:** Nicóla Barbosa de Azevedo da Motta - AGU

**Vice-Presidente:** Tito Regis de Alencastro Neto - MAARA

**1º Secretário:** Emídio Lima Gomes - MEC

**2º Secretário:** Gilberto Silva - MT/Aposentado

**1º Tesoureiro:** João José Berredo da Silva Filho - MPAS/AGU

**2º Tesoureiro:** Edson Rangel - CEX

### Conselho Deliberativo

**Efetivos**

Jurema Santos Rozsanyi Nunes - CAER

Valdemar Carvalho Júnior - CAER

Marlice Malheiros de Franca - MC/AGU

### Suplentes

Luiz Edmar Lima - MEC/Aposentado

Tânia Maria Carneiro Santos - AGU

Norma Santos Guimarães - MME

### Conselho Fiscal

**Efetivos**

Lídio Carlos da Silva - MJ/Aposentado

Eduardo F. de Araújo Filho - MJ

Rodrigo Figueiredo Paiva - DPF/MJ

### Suplentes

Annamaria Mundim G. Borges - MINC/AGU

Elza Maria Lemos Pimentel - MPAS/AGU

**Editora:** Viviane Ponte Sena - RP 4299/DF

**Diagramação e Editoração Eletrônica:**

Fernanda Medeiros

(9905-2463)

**Fotógrafo:** Clausem Bonifacio

**Impressão:** Gráfica Zeni.

Fone: (61) 344-7584

Associação Nacional dos Advogados da União e dos Advogados das Entidades Federais  
Setor de Autarquias Sul - Quadra 3 - Lote 2 - Bloco C - sala 705 - Edifício Business Point - CEP 70.070-934 - PABX: (61) 322-9054 - Fax: (61) 322-6527  
Home Page: www.anajur.org.br - E-mail: anajur@anajur.org.br



# Novos Advogados da União chegam à AGU

**3** 16 novos Advogados da União tomaram posse em todo o Brasil no último dia 08/09. Participaram da cerimônia de posse o Ministro Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União, o Ministro Roberto Lopes Leal, Corregedor-Geral do Tribunal Superior do Trabalho, o Procurador-Geral da União, Moacir Antônio de Machado e o Consultor-Geral da União, João Francisco Aguiar Drumond. A presidente da ANAJUR, Nicóla Barbosa de Azevedo da Motta, e outros membros da Diretoria estavam presentes à solenidade. Em seu discurso, o Advogado-Geral da União, Ministro Alvaro Augusto Ribeiro da Costa, destacou que a AGU vive um novo momento, de desafios e muitas dificuldades, como está vivendo o Brasil como um todo. Ele defendeu que fazer parte deste momento e enfrentar esse desafio é ser, em última análise, Advogado da União. "Advogado da União é o presidente da República, Advogado da União é o faxineiro desta casa, todos nós somos Advogados da União, na medida em que somos advogados do bem comum", disse o Ministro. A Diretoria da ANAJUR dá as boas vindas aos novos Advogados da União e reitera que está de portas abertas para recebê-los como associados da entidade. Juntos, antigos e novos associados, ativos e aposentados, reforçarão ainda mais a unidade de nossa carreira na luta por uma advocacia pública cada vez mais fortalecida.



**O Controlador-Geral da União (o 1º a esq.) foi uma das autoridades que compareceu à cerimônia**

**Advogado-Geral da União discursa e dá as boas-vindas aos novos membros da carreira**



**A solenidade contou com a presença da comunidade jurídica brasileira**

**Mesa de trabalhos na cerimônia de posse**





# Manobra na Reforma da

O texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2003 (na Câmara, PEC nº 40/2003), sobre a Reforma da Previdência, foi aprovada sem modificação na primeira fase de tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Lá prevaleceu o rolo compressor da base governista. Agora a matéria vai ao plenário para discussão em primeiro turno por cinco sessões, contadas a partir do dia 17 de outubro, quando os senadores poderão apresentar emendas, desde que inscritas por um terço da Casa (27 senadores). Havendo apresentação de emendas, a matéria retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que o relator, num prazo máximo de até 30 dias, emita parecer sobre as emendas, que serão apreciadas no colegiado antes de seu envio para votação em primeiro turno no plenário.

Para evitar a promulgação parcial e/ou o retorno do texto alterado para a Câmara, o que poderia resultar em atraso na vigência das novas regras previdenciárias, o relator da matéria e líder do PT, senador Tião Viana, apresentou uma PEC paralela, que seria submetida à Câmara dos Deputados, após sua aprovação pelo Senado, na qual incluiu os pontos que o Governo estaria disposto a aceitar. Com isto, o texto original seria promulgado logo após a votação em segundo turno e a PEC paralela seguiria para a Câmara. Se eventualmente fosse

aprovada naquela Casa sem modificação, seria então promulgada, com a conseqüente incorporação ao texto constitucional das mudanças nela proposta.

A PEC paralela está longe de atender ao que reivindicam os servidores. Ela não prevê nova regra de transição nem garante a paridade para quem já está no sistema previdenciário. Limita-se a cinco pontos: I) participação paritária dos representantes dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público nos colegiados dos regimes previdenciários, II) isenção de contribuição sobre os proventos de aposentadoria e pensão, até o dobro do teto do regime geral, exclusivamente para os portadores de doenças incapacitantes; III) prevê, para ser definido em lei, recenseamento previdenciário de todos as aposentadorias e pensões do regime geral de previdência social, IV) determina que o sistema de inclusão previdenciária terá alíquotas e carência inferiores aos vigentes para os demais segurados, e V) faculta aos governos estaduais e prefeitos, por projeto de lei de sua iniciativa, a ser apresentado no prazo máximo de 60 dias da promulgação da emenda, a aplicação do subteto máximo de Desembargadores para seus servidores.

Os servidores, ao contrário, desejam aperfeiçoar a PEC 67/2003, incluindo nela algumas modificações substanciais, entre as quais regras justas sobre paridade,

subteto, contribuição de inativos, pensão e, principalmente, transição que respeite o tempo de serviço já acumulado pelo servidor. Os servidores defendem: a) paridade plena para todos que estão vinculados ao regime próprio; b) subteto, nos planos estadual e municipal, equivalente ao salário de desembargador, c) proibição de cobrança de contribuição dos aposentados e pensionistas, e d) transição, nos termos da Emenda 20, com aumento gradual da idade mínima, sem qualquer redutor sobre os proventos. Todos esses pleitos estão sendo defendidos arduamente pela ANAJUR.

A aprovação das mudanças defendidas pelos servidores, em face da maioria governamental no Senado, só será possível mediante negociação, já que a oposição não possui os votos necessários para aprovar tais alterações. Entretanto, a oposição possui poder de veto, ou seja, ela reúne mais de 33 senadores, número suficiente para impedir a aprovação da PEC do governo. Se quiser, pode forçar uma negociação em relação aos pontos defendidos pelos servidores, bastando para tanto negar votos ao texto do governo, exigindo dele a inclusão das alterações propostas pelos servidores. Com essa estratégia, o governo será forçado a negociar, sob pena de não aprovar seu texto. Assim, a mudança é possível, mas depende da pressão dos servidores e da unidade da oposição.

## Atuação da ANAJUR

Desde que a reforma da Previdência chegou ao Senado, a ANAJUR atua permanentemente junto aos senadores na busca de apoio a emendas de interesse do servidor público, em geral, e da advocacia pública, em particular, notadamente no que se refere a nossa carreira.

Uma das providências da ANAJUR foi o encaminhamento de um Ofício a todos os Senadores que integram a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O ofício foi entregue pessoalmente por membros da diretoria de nossa entidade, solicitando apoio às seguintes emendas apresentadas à CCJ: Emendas nºs 102, 124, 126, 262 e 294, refe-

rentes aos servidores ativos; Emenda nº 81, referente aos servidores inativos; e Emenda nº 270, referente aos pensionistas.

As visitas aos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reuniram diretores da entidade, como a presidente Nicóla Barbosa de Azevedo da Motta, a diretora parlamentar Marlice Malheiros da Franca, e o diretor de imprensa e divulgação Jarbas dos Reis, além de membros da carreira que trabalham em Brasília, todos unidos para pressionar os senadores a corrigir as distorções do texto aprovado na Câmara.

# a Previdência no Senado

## Para entender a Seguridade Social

O debate sobre a reforma da Previdência no Governo Lula, assim como aconteceu no Governo FHC, tem ocultado o fato de a Previdência integrar a Seguridade Social e de existirem problemas de grande envergadura para a geração de receitas como as renúncias fiscais, as perdas de arrecadação, o estoque da dívida previdenciária (cerca de 125 bilhões de dívida ativa em dezembro de 2001, segundo o Tribunal de Contas da União), a precarização das relações do trabalho, a queda da massa salarial ou uma reduzida base de contribuintes regulares para a previdência.

A ANAJUR, com a preocupação de informar e conscientizar os membros da carreira sobre a real situação da previdência, dá publicidade a dados importantes divulgados recentemente no livro *Seguridade e Desenvolvimento: um projeto para o Brasil*. A publicação, editada pela ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência, traz crítica fundamentada aos diagnósticos correntes de crise.

A maioria dos diagnósticos, nos últimos anos, sugere ser necessário atuar de forma mais decisiva no sentido de promover um corte no valor dos benefícios e nas condições de acesso às aposentadorias. Nunca abordam que ainda existem importantes problemas de exclusão da proteção previdenciária derivados, principalmente, da limitação da renda e de uma imagem negativa de Previdência Pública passada para a sociedade, que não têm merecido a devida atenção. Com a eleição do presidente Lula, acreditamos que chegava, enfim, o momento de resgatar esse debate para poder fazer propostas de reforma que fossem viáveis em termos atuariais e mantivessem a solidariedade entre gerações como a regra que deve direcionar as ações do sistema. Mas não foi o que aconteceu.

De acordo com o livro da ANFIP, os motivos utilizados para justificar as reformas podem, com frequência, ser contestados com argumentos que não exigem muita elaboração. O fato de haver déficit pode ser contestado do ponto de vista legal e conceitual. A Constituição prevê uma base diversificada para o financiamento das ações de seguridade social (saúde, assistência e previdência social), ou seja, estas devem ser financiadas por contribuições sociais sobre o faturamento e o lucro das empresas e as contribuições incidentes sobre a folha salarial dos empregadores e empregados, sem explicitar uma vinculação estrita das receitas a determinado tipo de ação (mais recentemente a EC-20, de 1998 alterou o texto original de 1988 ao vincular as contribuições sobre a folha exclusivamente para financiamento dos benefícios do RGPS). O texto constitucional prevê, ainda, se necessário, a utilização de recursos do Orçamento Fiscal para completar o montante necessário ao financiamento do sistema, ainda que o Orçamento da Seguridade Social seja plenamente suficiente para arcar com o custeio dos seus programas fins. Assim, ao se falar no déficit ou superávit da Pre-

vidência Social, seria necessário considerar as receitas e despesas deste conjunto e não somente a arrecadação do INSS e as respectivas despesas com benefícios previdenciários e assistenciais.

A Carta Constitucional de 1988, embora tenha ampliado significativamente a cobertura de direitos sociais, não foi omissa quanto às fontes de financiamento necessárias para a implementação de uma proteção social que caminhava no sentido da universalização e desvinculação de contribuição ao sistema como condição de acesso aos benefícios. Para tanto foi instituído o Orçamento da Seguridade Social em separado do Orçamento Fiscal da União, prevendo-se novas fontes de receita e ampliação das contribuições sociais já existentes, além da já tradicional contribuição sobre a folha de salários.

Tomando como exemplo o ano de 2001, verifica-se o tamanho do desvio de recursos da Seguridade para outros gastos do Governo Federal. O total de arrecadação das contribuições sociais, incluídas as contribuições sobre a folha de salários, mostra neste ano uma arrecadação de R\$ 136,9 bilhões, para um gasto com saúde, previdência e assistência social de R\$ 105,4 bilhões. Observa-se, portanto, apenas neste ano, a existência de um superávit de R\$ 31,5 bilhões da seguridade, que foi repassado ao Orçamento Fiscal da União para gerar superávit primário.

Um dos principais argumentos utilizados pelos críticos do atual sistema previdenciário brasileiro é o de que a elevação da carga tributária nacional, em anos recentes, está diretamente relacionada às necessidades de financiamento do “déficit” da Previdência Social (incluídos aí o INSS e o RJU federal). Analisando-se dados da Secretaria da Receita Federal, observa-se que a arrecadação das contribuições sociais realmente elevou-se de 9,13% para 12,49% do PIB (aumento de 3,36% sobre o PIB) de 1995 para 2001. No entanto, no mesmo período, os gastos sociais previstos na Constituição como parte da Seguridade Social aumentaram apenas de 7,96% para 9,26% (aumento de 1,30% sobre o PIB), elevando com isso o superávit da seguridade de 1,17% para 3,23% sobre o PIB. Os números apresentados mostram que o aumento observado na carga tributária não tem como causa o propalado ‘déficit’ da Previdência, mas sim, destina-se ao Orçamento Fiscal da União, este sim, a verdadeira fonte de desequilíbrio.

Como se vê, as críticas referentes à previdência no Brasil se concentraram em sua crise fiscal e tenderam a negligenciar problemas conceituais e com os indicadores envolvidos no universo do sistema, traçando um quadro muito parcial sobre a realidade existente. Assim, para progredir no debate sobre a reforma é necessário, mais do que nunca, realizar um novo diagnóstico mais amplo, plural e aberto à intervenção de todos os atores que atuam nessa arena, baseando-se em indicadores e argumentos mais fidedignos. (com informações do livro *Seguridade e Desenvolvimento: um projeto para o Brasil*).



# ANAJUR apóia Chapa União

No último dia 19 de setembro, a Diretoria da ANAJUR indicou, à unanimidade e democraticamente, o Advogado da União, Dr. Aristarte Gonçalves Leite Júnior, atualmente exercendo o cargo de Diretor Jurídico da entidade, para compor, na qualidade de conselheiro, a Chapa União, que tem como presidente o Dr. Eduardo Roriz, que concorrerá às próximas eleições da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal.

A ANAJUR aceitou indicar um dos seus pares para compor a Chapa União, tendo em vista não só o fato do Dr. Eduardo Roriz pertencer à Advocacia Pública, mas também em virtude no disposto no seu Programa de Ação que tem por objetivo, dentre outras diretrizes, defender as prerrogativas e direitos dos advogados públicos, bem assim a sua independência técnica e funcional, cujos princípios estão insertos no bojo do anteprojeto de lei orgânica da Advocacia-Geral da União, ora em discussão na Associação.

É de todo pertinente trazer à lume o fato de que diversas entidades associativas das carreiras que integram a AGU estão compondo e apoiando a Chapa União, a exemplo do SINPROFAZ, da ANPPREV da UNIAGU e da ANPAF.

Assim, o Dr. Aristarte Júnior foi indicado para aludida chapa não só pelo seu vasto conhecimento da Adminis-



Diretores da ANAJUR com o presidente da Chapa União, Eduardo Roriz

tração Pública e das causas dos Advogados da União, mas também por ter exercido diversos cargos no Poder Executivo, sendo de destacar, dentre outros, os de Consultor Jurídico do Ministério dos Transportes, Procurador-Geral da EMBRATUR, Procurador-Geral do DNER, Secretário-Adjunto de Transportes Terrestres do Ministério dos Transportes, Presidente de várias Comissões de Inquéritos, Presidente de Grupos de Trabalho no Setor Portuário e Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Docas do Pará, estan-

do dessa maneira, bem capacitado para lutar pelos interesses dos advogados públicos em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil.

Dessa maneira, a ANAJUR, ao fechar questão com a Chapa União, pretende contar com o apoio de todos os colegas nas eleições da OAB/DF do próximo dia 17 de novembro, a fim de que os advogados da União, finalmente, possam atingir os seus objetivos, em particular defender os seus inalienáveis direitos junto às autoridades dos poderes constituídos.

## Entrevista

**Dr. Aristarte Gonçalves Leite Júnior**  
Representante da ANAJUR na Chapa União

# Espaço para a Advocacia Pública

**Como tem sido a receptividade às propostas da Chapa União?**

Tem sido excelente mesmo porque nosso candidato da Chapa União, Dr. Eduardo Roriz, é um advogado público e, nessa condição, nós temos visitado todos os Advogados da União e a receptividade é muito boa em decorrência não só da proposição da chapa que visa finalmente apoiar nossa carreira e garantir toda a prerrogativa do advogado público.

**A Chapa União garantirá mais evidência à advocacia pública no âmbito da OAB?**

A proposição da Chapa União em relação à advocacia pública é muito clara. É no sentido de que eleita nós

teremos uma representatividade dentro da própria OAB, composta não só pela ANAJUR, mas pelas outras entidades de classe que representam a advocacia pública, então, todos os nossos pleitos serão encaminhados ao Congresso Nacional com o apoio da OAB, mas também junto ao Poder Executivo.

**Esses foram os motivos para que a ANAJUR formalizasse apoio à Chapa União?**

Pela primeira vez uma chapa que concorre à eleição da OAB nos fez essa proposta efetiva porque as ou-



tras chapas ao longo de muito tempo só fizeram promessas e nada foi cumprido.

**Como os associados à ANAJUR podem colaborar com a Chapa União?**

Através da divulgação do nosso jornal e também nós estamos mandando correspondências e contando

sempre com o apoio dos associados em nossas visitas. A campanha se faz multiplicando e divulgando, dia a dia, a Chapa União perante todos os associados e também os não associados.



# Quem é Quem na AGU

Aristarte Gonçalves Leite Júnior

## Escolaridade

Curso Primário: Grupo Escolar Lobo D'Almada

Local: Boa Vista/PR

Período: 1959 a 1964

Curso ginásial: Colégio Dom Bosco

Local: Brasília-DF

Período: 1965 a 1969

Curso científico: Colégio Elefante Branco

Local: Brasília-DF

Período: 1971

Colégio Pré-Universitário de Brasília

Local: Brasília/DF

Período: 1972 a 1973

Curso Superior: Direito – CEUB

Local: Brasília/DF

Período: 1974 a 1980

## Principais atividades

- Procurador-Geral do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR

- Secretário-Adjunto, Código DAS-101.5, da Secretaria de Transportes Terrestres do Ministério dos Transportes.

- Período: 25/10/95 a 16/10/96.

- Substituto do Secretário de Transportes Terrestres do Ministério dos Transportes.

- DAS-101.6

- Período: 13/12/95.

- Coordenador da Coordenadoria Jurídica de Estudos e Pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes.

- DAS-101.2

- Coordenador da Coordenadoria de Atos e Contratos da Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes.

- DAS-101.2

- Coordenador Jurídico de Transportes da Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes.

- DAS-101.3

- Período: 1994 a 1995.

- Consultório Jurídico – Substituto do Ministério dos Transportes.

- DAS-101.5

- Membro do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT.

- Período: 1981 a 1983.

- Presidente da Comissão de Sindicância destinada a apurar notícias de irregularidades no âmbito do Departamento de Transportes Rodoviários – DTR do Ministério dos Transportes.

- Período: 1995.

- Membro da Comissão de Licitação de outorga, via permissão, dos serviços de transportes coletivos de passageiros.

- Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Docas do Pará – CDP.

- Advogado da União – AGU

- Coordenador-Geral de Assuntos Técnicos de Transportes da Consultoria Ju-

rídica do Ministério dos Transportes.

- Presidente do Grupo de Trabalho criado pela Portaria MT nº 168/2000, com a finalidade de uniformizar as licitações de arrendamento de áreas portuárias.

- Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pelo Ministro dos Transportes, com a finalidade de verificar a regularidade do Contrato celebrado entre o DNER e a empresa DENT CLIN.

- Procurador-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER.

- DAS-101.3

- Período: 1992 a 1994.

- Presidente do Grupo de Trabalho para desenvolver estudos com a finalidade de avaliar a possibilidade, a conveniência e a oportunidade de ser delegada ao Estado do Pará a administração e a exploração dos portos organizados situados naquela Unidade da Federação (2001).

- Membro do Grupo de Trabalho criado para desenvolver estudos com a finalidade de avaliar a transparência do Porto Organizado de Santos a consórcio formado entre o Estado de São Paulo e os Municípios de Santos, Guarujá e Cubatão (2001).

- Presidente do Grupo de Trabalho criado para verificar a possibilidade de transferência do Porto de Fortaleza para o Governo de Estado do Ceará (2002)

## Aniversariantes de Outubro

NOME	DIA	NOME	DIA
JOSÉ DOS SANTOS FERREIRA	1	LUIZA BORGES DE ALMEIDA	18
MARIA HELENA FALCI ALVES	1	LUIZ ANTÔNIO LEITE DE ANDRADE	18
MARIA LUIZA GROSSI FRANCO NETO	1	MANOEL DOS SANTOS GUERRA JÚNIOR	19
IVETE FASSEBER	1	MARIA ADETE PEIXOTO WANDERLEY	19
HELIO FONSECA FILHO	1	GLAIR FLORES DE MENEZES FERNANDES	19
FERNANDO ALVES BRAGA	2	ROSÂNGELA NASCIMENTO MARQUES	19
EDNA JANSEN DE MELLO FONSECA	2	PEDRO PEREIRA DOS SANTOS	20
SUELI MARTINS DE MACEDO	3	NILZO PESSOA	20
GIZELLA CORNELIA TELLEKY	4	JANDIRA TAVARES ARAÚJO	20
DINORÁ MORAES FERREIRA	4	PEDRO DUARTE NETO	20
RONALD NUNES SÁ CAVALCANTI	4	CARLOS ALBERTO CINCURÁ DE A. E SILVA	21
ADAUTO BARBOSA DOS SANTOS	5	ÁLVARO ALBERTO DE A. SAMPAIO	21
JOSÉ LEITE DE PAULA	5	GUARACY SALLES DE OLIVEIRA	21
RONALDO MAIA MARQUES	5	MARIA JOSÉ BEZERRA FILHA	21
MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA GUIMARÃES	7	CARLOS ALBERTO MORAES	21
CARLOS HENRIQUE DAYRELL FERNANDES	7	EDILSON ALVES FITERMAN	21
MARENY GUERRA DE OLIVEIRA	7	MAURA CAMPOS DOMICIANA	21
MARIA EUGENIA DE CASTRO REGO	8	MARIA IZABEL DE CASTRO GAROTTI	21
JOSÉ ANTÔNIO ROMERO PARENTE	8	JOÃO ADRIANO DE CASTRO GUIDÃO	22
JUSTINA COUTINHO MODESTO	8	THEREZINHA DE JESUS PALHANO LEAL	22
ANA FÁTIMA CARVALHO E SILVA	8	JOSÉ COSMO ANTUNES	22
ÁLVARO DE SOUZA	8	THERESINHA SOUZA OLIVEIRA	22
JOSÉ GUY MOREIRA BIZARRA	9	VICENTE DE PAULA REIS E SILVA	22
EDVARDO DE FREITAS MACHADO	9	MARIA LUIZA DOS REIS DE AZEVEDO	22
IVONE DAVID MIZRAHI	9	JOSÉ MIQUEIAS ANTAS DE GOUVEIA	22
REINALDO BASTOS SANTOS	11	PEDRO STÉLIO AYRES DA SILVA	22
LUIZ FRANCISCO ENCINAS MIJOLER	11	ANA LUISA FIGUEIREDO DE CARVALHO	22
JOSÉ PEDROSA GUIMARÃES	11	LAIR CORREA LEME	23
NEIDE SILVA MARQUES BUENO	11	JOÃO CARLOS RIBEIRO GOMES	23
MARIA APARECIDA ROSA MARIANO	11	ELDIMAR WASHINGTON T. BARCELLOS	24
ELIANA DA SILVEIRA MATTAR	11	ANA LÚCIA DE OLIVEIRA PAES	24
RONEY PINTO GUIMARÃES	12	MARIA DE FÁTIMA MOULIN P. NUNES	24
LÁZARO PIRES FALEIRO	12	MÁRCIA GOMES BARBOSA RIBEIRO	24
TÂNIA FERREIRA COELHO LACERDA	12	MARIA DA CONCEIÇÃO DE P. DANTAS	24
IRIS DE CARVALHO DRUMMOND	13	ELOIZA COSTA FERNANDEZ	25
MARIA DE LOURDES FERREIRA BRITO	13	EDSON FRANCISCO DA SILVA	25
WALDEMIR ALVES DE OLIVEIRA	13	ERNESTO GURGEL V. NETO E H. VALENTE	25
MARIA DE FÁTIMA CAVALCANTE DANTAS	13	FRANCISCA TEIXEIRA DA COSTA	27
LUIZ ALBERTO DA COSTA CALDAS	14	LENORA DE ALMEIDA MELO SILVEIRA	27
JOAQUIM PEDRO DA SILVA	14	CÉSAR BEHS	27
JOAHYR SOUZA DE SOUZA	15	VERA LÚCIA COELHO CARRIJO	27
OSMÁRIA DE OLIVEIRA PIRES	15	ROSAMÁLIA GOMIDE NETO DE PAULA	27
ANTÔNIO FERNANDO ALVES PINTO	15	HELENO CAVALCANTE DA SILVA	28
MARINA LANDIM FERREIRA	15	MARIANE KUSTER	28
OSCAR MARTINS LOBATO	16	JOÃO ALVES BORGES	29
LEVY SILVA	16	JOSÉ FELICIANO DE OLIVEIRA	29
JORGE DA SILVA	16	THEREZINHA PASSOS DA SILVA	29
DAVID DE MORAES	16	JOÃO ANTÔNIO DE MORAIS	29
ADAALVARENGA FERREIRA	17	SEVERINO DO RAMO BENÍCIO	29
SÔNIA MARA ARAÚJO DA COSTA	17	SAADIA COELHO DO NASCIMENTO	29
ANTÔNIO EUSTÁCHIO PEREIRA DE LOIOLA	17	MARIA TEREZINHA DE JESUS R. U. DE CARMARGO	30
GENIVAL SOARES DE ARAÚJO	18	UBIRACY RODRIGUES CALDAS	30
RUBENS FREDERICO BODSTEIN	18	ÁLVARO NAVARRO DE MORAIS	30

## ESPAÇO CULTURAL

### DESTEMPERANÇA

(Autor: R. Edson Mineiro)

- Aproveite o dia que vai terminar
- Aproveite a hora que não vai parar
- Aproveite o tempo que ainda vai restar
- Aproveite o jogo para poder brincar
- Aproveite a fonte enquanto não secar
- Aproveite a beleza para admirar
- Aproveite a chama que puder queimar
- Aproveite a luz enquanto não apagar
- Aproveite a riqueza para desfrutar
- Aproveite o sol para poder brilhar
- Aproveite a idéia para saber criar
- Aproveite o sonho para realizar
- Aproveite a esperança para renovar
- Aproveite o sofrimento para saber calar
- Aproveite a canção para poder cantar
- Aproveite a vida para aprender a amar
- Aproveite o Amor
- Para viver ruidosamente
- Todos os momentos de FELICIDADE!

(Obra premiada no 4º Concurso Nacional e Internacional de Contos e Poesias "Poeta Nuno Álvares Pereira", e publicada na Antologia "Pérgula Literária" – Editora Valença – Rio de Janeiro – 1999).



# CELEBRE SUAS CONQUISTAS

**Consórcio Bancorbrás: automóvel, carro e moto.**

Tornar os sonhos realidade é mais fácil que você imagina. Com o Consórcio de Imóveis Bancorbrás, você usa o seu FGTS\* como lance em alguns grupos ou soma ao valor da carta de crédito para a aquisição de um imóvel de maior valor. Você pode usar 30% do crédito embutido para lance e ainda pode ser contemplado por sorteio pela Loteria Federal.

Utilize seu FGTS\* para lance



## Imóveis

Créditos de R\$ 17.500,00  
a R\$ 228.816,00

(aquisição, reforma e construção)

**bancorbrás**  
consórcio

Associação Brasileira  
das Administradoras  
de Consórcios

**BAC Galeria**

Galeria dos Estados loja 31, Setor Comercial Sul

Tel.: 224-0336 (Leonil)

Central de Atendimento ao Público/Banco Central do Brasil - 080099 2345

## Motos

Créditos de R\$ 4.146,00  
a R\$ 12.450,00



## Automóveis

Automóveis semi-novos  
Créditos de R\$ 15.808,00  
a R\$ 64.498,00



Com até 3 anos de uso  
\*Conforme legislação em vigor.

**ibo**

**Instituto Brasileiro  
de Odontologia** ®

Clinica e Pronto-Socorro 24 Horas

### ESPECIALIDADES:

- CIRURGIA BUCO-MAXILO-FACIAL
- DENTÍSTICA
- ENDODONTIA
- IMPLANTODONTIA
- ODONTOPEDIATRIA
- ORTOPEDIATRIA
- ORTODONTIA
- PERIODONTIA
- PRÓTESE / REABILITAÇÃO ORAL

## ODONTOPEDIATRIA

É a especialidade odontológica que objetiva o diagnóstico, a prevenção, o tratamento e o controle dos problemas de saúde bucal do bebê, criança e adolescente, bem como educa para a saúde bucal e integra esses procedimentos com os outros profissionais de áreas afins.

A orientação inicia-se com os pais do bebê e estende-se através de um trabalho contínuo de promoção de saúde bucal.

A criança e o adolescente devem receber acompanhamento e orientação sobre escovação e dietas, simultaneamente devem fazer o controle de placa bacteriana, aplicação tópica de flúor e selante, quando indicado, entre outros cuidados.

A moderna odontologia se caracteriza por promover a saúde bucal através de técnicas comprovadamente eficazes de prevenção. Alimentação saudável, correta higiene bucal e ausência de hábitos nocivos, são atitudes preventivas. Mesmo quando a criança não apresentar cáries deve-se procurar o dentista para que este faça a "prevenção", com a finalidade de inibir o surgimento da doença cárie dentária e problemas periodontais.

Prevenir os males nas crianças de hoje, evita tratar os adultos de amanhã.



A cada edição do informativo da ANAJUR, será apresentada uma das especialidades do IBO. Neste número, o associado terá a oportunidade de conhecer o procedimento de Odontopediatria. Confira!

Quem tem boca val ao IBO!

**ibo**

Instituto Brasileiro  
de Odontologia

Clinica e Pronto-Socorro 24 Horas

SCLS 406 - Bloco A - Loja 35 - Asa Sul - Brasília - DF - CEP: 70.255-510  
www.ibodente.com.br gerencia@ibodente.com.br

244-5095 244-5099

NA PRÓXIMA EDIÇÃO, NÃO DEIXE DE LER SOBRE  
MAIS UMA ESPECIALIDADE DO IBO: ORTODONTIA

**PARA REFLEXÃO – DESARMAMENTO: NECESSIDADE OU AMEAÇA?**